

ULISBOA | FACULDADE DE ARQUITECTURA | MIARQ | PROJECTO VI | SEMESTRE VI | ANO LECTIVO 2025-2026

Jorge Spencer (coord.), (com Simão Botelho), Alessia Allegri, Frederico Albuquerque, Inês Sousa, Pedro Gaspar, Patrícia Matias, Ana Moreira, Maria Manuela da Fonte, José Miguel Silva, Nadir Bonaccorso

ENUNCIADO DO EXERCÍCIO I

UM HABITAR COLETIVO

PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO DE HABITAÇÃO COLETIVA



Herman Hertzberger, Residência de Estudantes Weesperstraat, Amsterdão 1959-1966

01. ENQUADRAMENTO e SÍTIO

O trabalho do semestre VI destina-se a sedimentar e aprofundar aptidões de projecto no âmbito da reflexão sobre o tema da habitação colectiva, partindo de um contexto urbano para a definição do edifício e abordando desafios temáticos que informam a contemporaneidade.

No ano lectivo de 2025/2026 o 2º semestre considera como área de estudo a zona de Telheiras delimitada pela Segunda Circular, pela Estrada da Luz, a Travessa da Luz, a Rua Fernando Namora e a Rua Prof. Jorge Campinos, desenvolvendo o seu projecto em articulação com uma solução urbana concretizada no quadro da UC de Urbanismo, no semestre anterior. A área de intervenção apresenta uma área total aproximada de 5,8ha, na qual foi definida uma operação urbana que inclui espaços públicos, novas ligações pedonais e uma área de construção dedicada à habitação colectiva, serviços e comércio.



Área de intervenção | ortofotomapa de enquadramento.

02. OBJETIVOS

O exercício desenvolve temas aflorados no primeiro semestre e apresenta como objectivos principais responder, em simultâneo:

- À consolidação de uma estratégia urbana previamente desenvolvida e aceite como base de trabalho, que considera a sua envolvente e os sistemas urbanos em presença;
- À resolução funcional adequada de um programa de habitação colectiva, que obrigatoriamente deve sobrepor, em pisos distintos, o programa habitacional, o programa comercial e o estacionamento em cave;
- Ao desenvolvimento de uma peça de arquitectura qualificada, intencional na sua linguagem e partido estético, enquadrada por referências da Teoria e História da Arquitectura, através da manipulação e organização dos vários elementos constituintes da proposta de forma expressiva e que permitem a apreciação do todo como “linguagem arquitectónica”, obtendo uma síntese qualificada e que transcende a resolução específica de cada um dos desafios de projecto;
- Ao desenvolvimento de sistemas de transição que qualifiquem a relação entre o edifício e a cidade através da articulação entre o espaço público e os espaços colectivos, promovendo um limiar habitável integrador do objecto arquitectónico com o tecido urbano envolvente;

- À sua efectiva concretização técnica, correcta e completa na sua representação nas várias escalas, suportada por uma concepção estrutural elementar, respostas regulamentares básicas, disposições construtivas gerais e por áreas para acolhimento de infraestruturas.

O projecto arquitectónico a desenvolver toma como base uma proposta de projecto urbano, detalhada no âmbito da UC de Urbanismo, no 1º semestre. Este estudo preliminar, foi escolhido de um conjunto de três propostas finalistas, seleccionadas pelos docentes de projecto [vide ANEXO I], a partir de uma pré-selecção definida pelos docentes de Urbanismo com base no conjunto de todos os trabalhos de grupo desenvolvidos nas 10 turmas daquela UC.

Ao desenvolver pontos de cruzamento com outras unidades curriculares, pretende-se implementar num exercício prático uma “síntese de saberes”, concretizando no último semestre da Licenciatura em Estudos Arquitectónicos um encontro disciplinar de várias valências da Arquitectura.

A adicionar às questões genéricas acima identificadas, o projecto deverá reflectir acerca da condição residencial contemporânea, urbana e arquitectónica, gerando novos debates em torno das exigências e percepção do espaço doméstico individual, familiar e colectivo. Para esta reflexão, há que considerar o actual contexto mundial / nacional de défice habitacional e as enormes mudanças sociais (incluindo entre os grupos sociais para além das famílias: estudantes, emigrantes, turistas até, etc.) e face às profundas transformações dos padrões de vida (que incluem os papéis do homem e da mulher, o envelhecimento da população, as mudanças na composição das famílias e a alteração do paradigma do trabalho – que tem acentuado progressivamente a componente de trabalho remoto, muitas vezes a partir de casa).

Neste contexto, questionamo-nos sobre quais deverão ser os recursos do projecto de arquitectura, em espaço edificado e em espaço não edificado, que podem contribuir para a resposta às actuais exigências funcionais e sociais de indivíduos e famílias. Entre outros, sugerimos:

- Versatilidade e Adaptabilidade – As prementes exigências de multifuncionalidade dos espaços domésticos, assim como, dos espaços comuns dos edifícios, obrigam a um repensar dos modelos de habitação estabilizados, promovendo a capacidade de cada núcleo familiar ajustar o espaço às suas necessidades ao longo do tempo.
- Espaços de transição – neste mesmo contexto, os espaços de transição podem assumir-se como espaços de relação entre o espaço doméstico, o espaço colectivo e o espaço público, como áreas de descompressão individual e/ou colectiva, o estar fora estando em casa.
- Espaços híbridos ou indeterminados – no âmbito dos espaços colectivos, a hibridez ou indeterminação deixa margens operacionais para acomodar usos inesperados.

O exercício equaciona ainda objectivos específicos, dos quais se destacam:

- A definição de relações entre o edificado proposto, pré-existências e envolvente, tanto ao nível do espaço construído como dos espaços exteriores;
- O reconhecimento e capacidade de utilização de diferentes modos de repetição e agregação como sistemas estruturadores, que conferem unidade, extensão e diversidade ao objecto arquitectónico;
- A capacidade de utilizar regras pré-definidas como estímulos à concepção;
- O dimensionamento de fogos de acordo com princípios claros e coerentes, que reconheçam e acolham práticas e tempos distintos (o dia-a-dia, as estações, as diversas gerações, com a sua convivialidade ou sequenciação ao longo do tempo, novas exigências);
- A caracterização qualificada de lugares intermédios entre a cidade, o edifício e a casa;
- A articulação e o dimensionamento de acessos / circulações comuns como estrutura funcional eficaz, estrutura espacial qualificada e de transição (interior-exterior, público-privado, individual-colectivo, doméstico-urbano...);
- A adequação às condições de habitabilidade, nomeadamente iluminação, ventilação, ensombramento, privacidade, segurança e acessibilidade aos fogos e a construções vizinhas;
- O estabelecimento de relações entre o dimensionamento estrutural, infraestrutural e espacial;
- A definição de uma solução construtiva assente na constituição dos elementos arquitectónicos, capaz de caracterizar e qualificar os espaços interiores e exteriores.

03. PROGRAMA

Condicionamentos Programáticos

A primeira fase do trabalho, com uma componente de grupo e outra individual, começa por aferir e ajustar a proposta urbana adoptada em cada turma e a sua ocupação volumétrica, desenvolvendo posteriormente um sistema de agregação tipológica com a definição das correspondentes estruturas de articulação e distribuição funcional.

Estabelecendo uma relação de complementaridade com a UC de Urbanismo, a proposta urbana deverá consolidar os conceitos previamente definidos na proposta preliminar, garantindo qualidades de integração da área de intervenção, ajuste de cotas, consolidação de acessos e caracterização do espaço exterior.

Através das fases seguintes, o programa considera um conjunto de parâmetros mínimos, inter-relacionados, que permitem a construção de um conjunto habitacional com comércio e serviços, tipologicamente complexo.

A proposta a desenvolver deverá assim garantir o seguinte:

Quantidade e Tipo de Fogos

Plano T.C

- Número de Fogos grandes: 14 a 18
- Número de Fogos pequenos: 28 a 36

Plano T.E

- Número de Fogos grandes: 14 a 18
- Número de Fogos pequenos: 28 a 36

Plano T.F

- Número de Fogos Grandes: 22 a 27
- Número de Fogos Pequenos: 44 a 54

Os **fogos ‘grandes’** devem ser entendidos como aptos a alojar um núcleo familiar de um **mínimo de 5 pessoas**.

Os fogos ‘pequenos’ devem alojar um agregado **mínimo de 2 pessoas**.

O conjunto edificado deverá considerar **obrigatoriamente a sobreposição vertical dos dois tipos de fogo** (‘pequeno’ e ‘grande’), compatibilizando questões estruturais, infraestruturais, espaciais e estéticas.

Apesar do projecto partir de dois fogos tipo (‘pequeno’ e ‘grande’) pode considerar-se a existência de variantes tipológicas ou excepções, isto é, fogos que explorem uma particularidade relacionada com a sua localização no conjunto edificado ou com a sua articulação com outro fogo; a possibilidade de utilizar alguns dos seus espaços para fins não habitacionais ou uma relação particular com o sistema de acessos, entre outros.

Áreas máximas dos Fogos

- Área Bruta máxima do Fogo de grande dimensão = 160 m².
- Área Bruta máxima do Fogo de pequena dimensão = 80m².
- Deve ainda ser prevista uma arrecadação de 12m² por cada fogo.

As áreas brutas indicadas incluem a área do fogo medida pelo perímetro exterior das suas paredes, *incluindo varandas e também a sua quota-parte de área de circulações comuns (verticais e horizontais)*.

A *área* afecta a eventuais varandas não pode exceder 20% da área bruta do fogo.

Todos os fogos devem considerar as várias funções do habitar, num sentido amplo e acessível do ponto de vista da mobilidade universal com acessibilidade até à porta do fogo. Para além disso deve garantir-se pelo menos um fogo ‘grande’ e um fogo ‘pequeno’ totalmente acessíveis.

Na concepção dos fogos deve-se prever as áreas de tratamento de roupa ou espaços de arrumação, e ainda condições favoráveis à melhor eficiência energética da casa (dupla orientação, sombreamento de vãos

envidraçados e ventilação natural) e à salubridade de todos os espaços habitáveis (inclusive a possibilidade de ventilação natural das cozinhas ou outras infraestruturas mais ligeiras, como *kitchenette*).
Em caso algum são aceitáveis espaços de permanência sem relação directa com o exterior.

Áreas de Comércio e Serviços

Área mínima bruta afecta a comércio e serviços deverá cumprir o estipulado em cada plano urbano trabalhado em cada turma. Os diversos espaços de comércio ou serviços devem contemplar um sub-programa mínimo, como seja unidades básicas de instalações sanitárias, apoios ou arrumos, adequados à dimensão das fracções.
Deve considerar-se o destaque de uma área destinada ao apoio de uma organização de âmbito comunitário, do bairro em que se insere o edifício.

Áreas Colectivas

Áreas de espaços de utilização colectiva:

- sala de condomínio: 2m²/ fogo (pequeno ou grande) e mínimo total de 70 m².
- ginásio : máximo total de 200m².
- Espaço comunitário: 150m²

Devem ainda ser contempladas as exigências regulamentares referente a espaços para lixo e caixas de correio.

Provisão de Estacionamento

O estacionamento a integrar nos lotes edificados deve destinar-se aos moradores e utilizadores permanentes do comércio e serviços na proporção de:

- Um lugar (25 m²) por cada Fogo (pequeno ou grande).
- Um lugar (25 m²) por cada 100m² de serviços ou comércio.

Os lugares em cave devem situar-se obrigatoriamente dentro do perímetro da/das parcela(s) desenvolvida(s), não podendo em nenhum caso localizar-se por baixo das vias públicas existentes. Os lugares em cave são dedicados à utilização exclusiva dos utentes edifício.

Todas as diferentes componentes programáticas (habitação, comércio/serviços e estacionamento) deverão ser articuladas verticalmente no conjunto edificado a desenvolver.

Espaços Exteriores

A partir da proposta preliminar definida em Urbanismo, os espaços exteriores deverão ser parte integrante do projecto e deverão considerar uma relação integrada com o edificado e a riqueza da sua natureza no próprio tecido urbano da área em estudo. Estes espaços exteriores podem assumir-se como áreas complementares à casa e de transição entre o espaço privado, os espaços comuns e o espaço público.

04. FASEAMENTO

O exercício é dividido em três fases, subdivididas em diversas tarefas.

FASE 1 – Consolidação urbana e Estudo preliminar do edifício
Esta fase incorpora 2 tarefas

FASE 2 – “Montagem” do edifício - Projecto Base
Esta fase incorpora 3 tarefas

FASE 3 – Materialização constitutiva e construtiva, fundamentação crítica e teórica.
Esta fase incorpora 2 tarefas, sendo a segunda tarefa (fundamentação crítica e teórica) desenvolvida para exame.

Cada fase e tarefa será desenvolvida de acordo com os conteúdos próprios, com incursões na fase seguinte, para fundamentação de decisões de projecto, e na fase anterior, para ajustamento de opções tomadas, face ao desenvolvimento mais aprofundado da proposta.

FASE 1

O exercício de aprofundamento da solução urbana, privilegiando a manutenção dos princípios previamente estabelecidos pelo projecto urbano (forma, volumetria, cheios – vazios, cotas, parcelamento, etc.).

Tarefa 1: Consolidação do projecto urbano [em grupos de 3 ou 4 alunos]

Análise de uma parte do projecto urbano adoptado na turma (proposto pelo docente) e desenvolvimento de uma estratégia para a definição do espaço edificado e espaços livres, considerando a relação com a envolvente urbana.

Apresentar as aferições e revisões pontuais, se necessário, da solução tendo em conta:

- Modelação do terreno;
- Definição e desenho de espaços não edificados (públicos e privados);
- Relações com a envolvente.

Escala de referência: 1/500.

Prazo: 2 aulas. 11 de Fevereiro

Tarefa 2: definição do conceito geral para o edifício de estudo [trabalho individual]

ESTUDO PRELIMINAR da organização funcional do conjunto: estratégia geral da agregação dos fogos e seu sistema distributivo, em linha com a proposta estratégica inicialmente assumida, incluindo localização de acessos, sistemas de circulação verticais e horizontais e localização dos fogos diferenciados por tipo / dimensão:

- Definição da espacialização/localização das funções de carácter público: comércio e serviços;
- Definição do sistema de acessos verticais e horizontais do edifício;
- Forma de agregação de casas grandes e pequenas;
- Definição da localização das áreas colectivas e das suas articulações com a organização do edifício.

Escala de referência: 1/500

Prazo: 2 aulas. 23 de Fevereiro

Entrega das tarefas 1 e 2 - dia 23 de Fevereiro, de acordo com os elementos definidos adiante.

FASE 2

Desenvolvimento da "MONTAGEM" DO EDIFÍCIO / ESTUDO GERAL DE ARQUITECTURA, com a definição da estrutura espacial e estrutura de suporte a partir da concepção celular do fogo.

Tarefa 3: Desenhar fogos

Tendo a escala 1/200 por base, mas recorrendo a estudos na escala 1/100 e/ou 1/50, ponderar sobre QUE CASAS QUEREMOS? Qual a base conceptual em que assenta o desenho de fogos grandes e pequenos? Assim, a Tarefa 3 dedica-se ao desenho das CASAS a partir da:

- Definição de uma estrutura conceptual da casa, reflectindo sobre as variantes grandes e pequenas e formas de acesso;
- Dimensionamento e desenho das casas, ponderando sobre a proporção relativa dos vários compartimentos, o papel de cada um destes espaços e a relação com o exterior;

- Articulação com uma estrutura de suporte que se definirá como uma estrutura de suporte maior e comum às restantes áreas do edifício;
- A posição e dimensionamento dos sistemas infraestruturais;
- Definição dos elementos compositivos que contribuem para a leitura compositiva/linguagem arquitectónica do edifício como um todo.

Escala de referência: 1/200.

Prazo: 4 semanas. 7 aulas. 18 de Março

Tarefa 4: Desenhar áreas de utilização pública e colectiva

A partir da estabilização da Fase 1 do exercício e passando para o trabalho à escala 1/200, a Tarefa 4 dedica-se à definição e desenho das áreas de utilização pública e áreas colectivas do edifício (sem esquecer os espaços não construídos), procurando:

- Dimensionar e desenhar áreas comerciais, serviços e espaços colectivos, com especial atenção aos espaços de acesso ao edificado, seja na sua componente habitacional (hall de entrada ou outros espaços privados) seja na sua componente pública (comércio e serviços);
- Articular estas áreas com uma estrutura de suporte a partir da definição de uma malha estrutural que se venha a compatibilizar com os fogos;
- Ponderar sobre a expressão compositiva/ linguagem arquitectónica desta componente edificada num todo a considerar;
- Resolver a solução de estacionamento adoptada.

Prazo: 3 semanas. 5 aulas. 15 de Abril

Tarefa 5: Sobre um sentido compositivo

A Tarefa 5 dedica-se ao momento de reavaliar o todo e garantir a resposta ao objectivo inicial do exercício: *“manipulação e organização dos vários elementos constituintes da proposta de forma expressiva e que permitem a apreciação do todo como ‘linguagem arquitectónica’, obtendo uma síntese qualificada e que transcende a resolução específica de cada um dos desafios de projecto.”*

Prazo: 3 semanas. 6 aulas. 6 de Maio

Apresentação intermédia da fase 2 – 8 de Abril, de acordo com os elementos definidos

Entrega das tarefas 3, 4 e 5 - **dia 10 de Maio**, de acordo com os elementos definidos adiante.

FASE 3

Desenvolvimento e pormenorização da expressão do projecto de arquitectura em escalas de maior detalhe e materialização constitutiva. Fundamentação do Projecto e respectivo enquadramento crítico, teórico e disciplinar.

Tarefa 6: Lógica constitutiva vs. lógica construtiva

Considerando já estabilizado um sentido compositivo e o cumprimento das questões do programa – e já consideradas genericamente as questões estruturais, infraestruturais e a sua relação com o partido arquitectónico – importa concretizar no projecto os princípios da constituição e o sentido de construtividade, caracterizando, na escala 1/50, os elementos e matérias que definem a expressão do edifício.

Tarefa 7: Fundamentação crítica e teórica

Elaboração de texto de fundamentação crítica e teórica do projecto, ancorado aos temas abordados nas aulas teóricas, nos conteúdos transmitidos pelo docente nas aulas práticas e na bibliografia indicada.

Prazo: 2 semanas. 4 aulas.

Entrega da tarefa 6 e conclusão do projecto: dia 25 de Maio.

Entrega da tarefa 7: em Exame, juntamente como processo final, formalizado na entrega digital em PDF.

05. MEIOS, ESCALAS DE TRABALHO E PEÇAS FINAIS

A concepção do projecto recorrerá preferencialmente a meios tradicionais de desenho [lápiz, tinta, grafite, marcadores, canetas, guaches, carvão, etc.], sobre papel opaco ou transparente, em formato mínimo de papel em A2.

Deverão ser realizadas maquetas de estudo, nas escalas utilizadas nos desenhos ou outras convenientes como processo de investigação do projecto.

Os painéis finais, no formato A1, ao alto, podem recorrer ao desenho assistido por computador.

FASE 1

Tarefa 1: A escala de referência de consolidação da solução urbana é a escala 1:500, com peças de integração e soluções de caracterização do Espaço Público, considerando como peças mínimas:

- Plantas, Cortes e Alçados 1:500;
- Maquetas de estudo.

Tarefa 2: A escala de referência para o estudo preliminar do edifício é a escala 1:500, considerando como peças mínimas:

- Plantas, Cortes 1:500;
- Maquetas de estudo.

FASE 2

A escala de referência para o desenvolvimento da totalidade da 2ª Fase - "montagem" do edifício/estudo geral de arquitectura é a escala 1:200, considerando como peças mínimas:

- Plantas, Cortes e Alçados do conjunto edificado 1:200;
- Maquetas de estudo;
- Abordagem a dois fogos tipo numa escala mais detalhada (1:100);
- Apresentação de uma tabela resumo com o número e tipo de fogos, áreas por tipo de uso, número de habitantes e estacionamento.

O processo de trabalho desta fase deverá contemplar particularmente questões como a articulação tridimensional das várias componentes do edifício, a composição de fachadas, a organização interna dos fogos, a relação com o solo e com o espaço público, a malha estrutural e os sistemas infraestruturais.

FASE 3

Tarefa 6: A escala de referência para o desenvolvimento para o desenvolvimento/pormenorização da expressão / imagem do projecto de arquitectura – é a escala 1:50, considerando como peças mínimas:

- Corte vertical, mostrando um troço significativo do edifício, o toque no solo e o remate com o céu, assim como a resolução das matérias construtivas 1:50;
- Alçado parcial, articulado com o corte 1:50;
- Maquetas de estudo e finais.

O processo de trabalho desta fase deverá contemplar particularmente o desenvolvimento da expressão do edifício, a partir de um ponto de vista constitutivo e do detalhe arquitectónico.~

Tarefa 7: O texto de enquadramento e fundamentação do projecto deverá desenvolver livremente uma análise crítica e teórica da proposta, fundamentando as decisões de projecto das várias fases e vertentes do projecto no quadro da matéria desenvolvida no semestre, nomeadamente nos conteúdos das aulas teóricas, na informação transmitida na aula pelo docente e finalmente na bibliografia de referência disponibilizada ao longo do ano:

- Texto com desenvolvimento entre 500 e 1000 palavras.

06. AVALIAÇÃO

(a partir da ficha da UC)

[...] Para além dos aspectos concretos contidos no Regulamento de Avaliações da FAUL considera-se que o trabalho dos alunos, a ser avaliado ao longo do semestre, compreende todos os aspectos da sua participação, individual ou em grupo, relativa aos trabalhos práticos e teóricos, intervenções e participações em discussões ou outros tipos de contributos que possam surgir nos trabalhos a desenvolver.

No quadro desta UC, a inscrição no exame da 1ª chamada está dependente da assistência a uma percentagem mínima de sessões presenciais que não deverá ser inferior a 75%. Caso esta assiduidade mínima não seja garantida, salvo os casos previstos na lei, o aluno fica impedido de se apresentar na 1ª chamada, podendo apresentar-se unicamente no exame de 2ª chamada. De acordo com o regulamento em vigor, só poderão propor-se ao exame da 1ª chamada, os alunos com avaliação contínua igual ou superior a 7 (sete) valores.

A avaliação contínua da componente prática obrigatória é atribuída pelo docente do aluno, com base nas avaliações intercalares, as quais serão cumulativas e aferidas transversalmente entre todas as turmas, pelo conjunto de todos os docentes do ano, sob a coordenação do responsável científico da UC.

As classificações dos exercícios são ponderadas consoante a natureza do trabalho (de grupo ou individual) e da sua complexidade. [...]

FASE 01 – 20%

FASE 02 – 65%

FASE 03 – 15%

[...] A Participação, Assiduidade, Desempenho em aula (expresso no portfolio) serão permanentemente avaliados e a sua ponderação corresponderá a 10% de cada uma das 3 etapas da avaliação contínua.

O exame final será constituído por uma prova oral, na qual o estudante deverá apresentar e discutir a totalidade do trabalho do semestre perante um júri, constituído pelo docente do aluno, um docente de outra turma e presidido pelo responsável científico da Unidade Curricular.

Nos exames de 2ª chamada e época especial, poderão ser solicitados elementos complementares de avaliação, baseados no mesmo trabalho e dos mesmos temas apresentados e desenvolvidos durante o semestre.

A avaliação do exame é atribuída pelo júri, constituído pelo docente do aluno, por outros docentes da UC e pelo pelo responsável científico, que preside, é autónoma e sobrepõe-se à classificação da avaliação contínua.

07. CALENDÁRIO

Início: 9 de Fevereiro 2025

Entrega da 1ª Fase: 23 de Fevereiro – *Book* digital com painéis e processo, em PDF, até às 23:59, na *cloud* da FA

Entrega da 2ª Fase: 10 de Maio – *Book* digital com painéis e processo, em PDF, até às 23:59, na *cloud* da FA

Entrega da 3ª Fase: 25 de Maio – *Book* digital com painéis e processo, em PDF, até às 23:59, na *cloud* da FA

NOTA: A entrega de cada *Book* digital deverá ser sempre incremental, mantendo sempre as fases anteriores, iniciando sempre na fase mais recente.

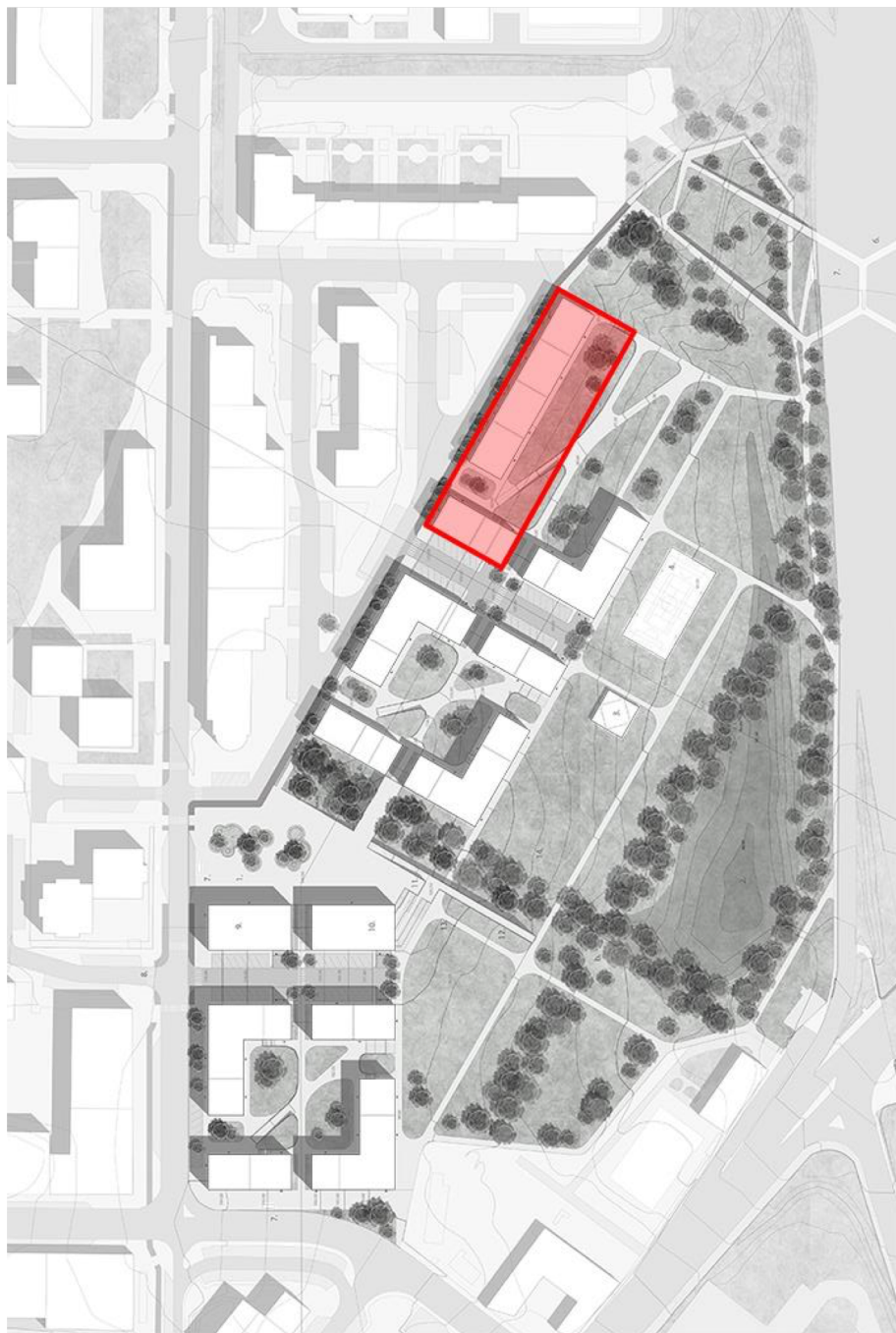
08. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- AICHER, Otl (2004). *La cocina para cocinar. El final de uma doctrina arquitectónica*. Gustavo Gili.
- BALLAND, Ludovic; DECHMANN, Nele (2021). *Duplex Architects. Rethinking Housing*. Park-books.
- DOGMA (2022). *Living and working*. MIT Press.
- ESPEGEL, Carmen; CANOVAS, Andrés; DE LAPUERTA, José Maria (2022). *Amaneceres domesticos. Temas de vivienda colectiva en la Europa de siglo XXI*. Fundación ICO, ed. Asimétricas.
- FALORCA, Jorge; GONÇALVES, Sara (2008) Projectar e construir com acessibilidade. Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada. Comentado e ilustrado. Ediliber.
- FRENCH, Hilary (2008). *Key Urban Housing of the Twentieth Century*. W. W. Norton & Company.
- GAUSA, Manuel (1998). *Housing new alternative*. Actar.
- HABITAR, grupo de investigação (2012). *REhabitar em Nove Episódios*. Lampreave.
- HABRAKEN, John (1976). *The systematic design of supports*. MIT Press.
- LEUPEN, Bernard, MOOIJ, Harald (2011). *Housing Design, a Manual*. nai010 publishers.
- MIGUEL, Marco; SILVANO, Pedro (2009). Regulamento de segurança em tabelas. Fábrica das Letras.
- MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere (2001). *Casa Collage, Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Gustavo Gili.
- ORDEM DOS ARQUITECTOS. Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951 [PDF acessível em <https://oasrs.org/documents/11013/16445/RGEU.pdf/3e0c6aed-15e9-43c5-b70e-6e4e0ff4e3dc>].
- SCHMID, Susanne (2019). *A History of Collective Living. Models of Shared Living*. Birkhauser.
- SCHNEIDER, Tatiana; TILL, Jeremy (2007). *Flexible housing*. Architectural Press.
- WIETZORREK, Ulrike (2014). *Housing +. On threshold, transitions and transparencies*. Birkhauser.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2026

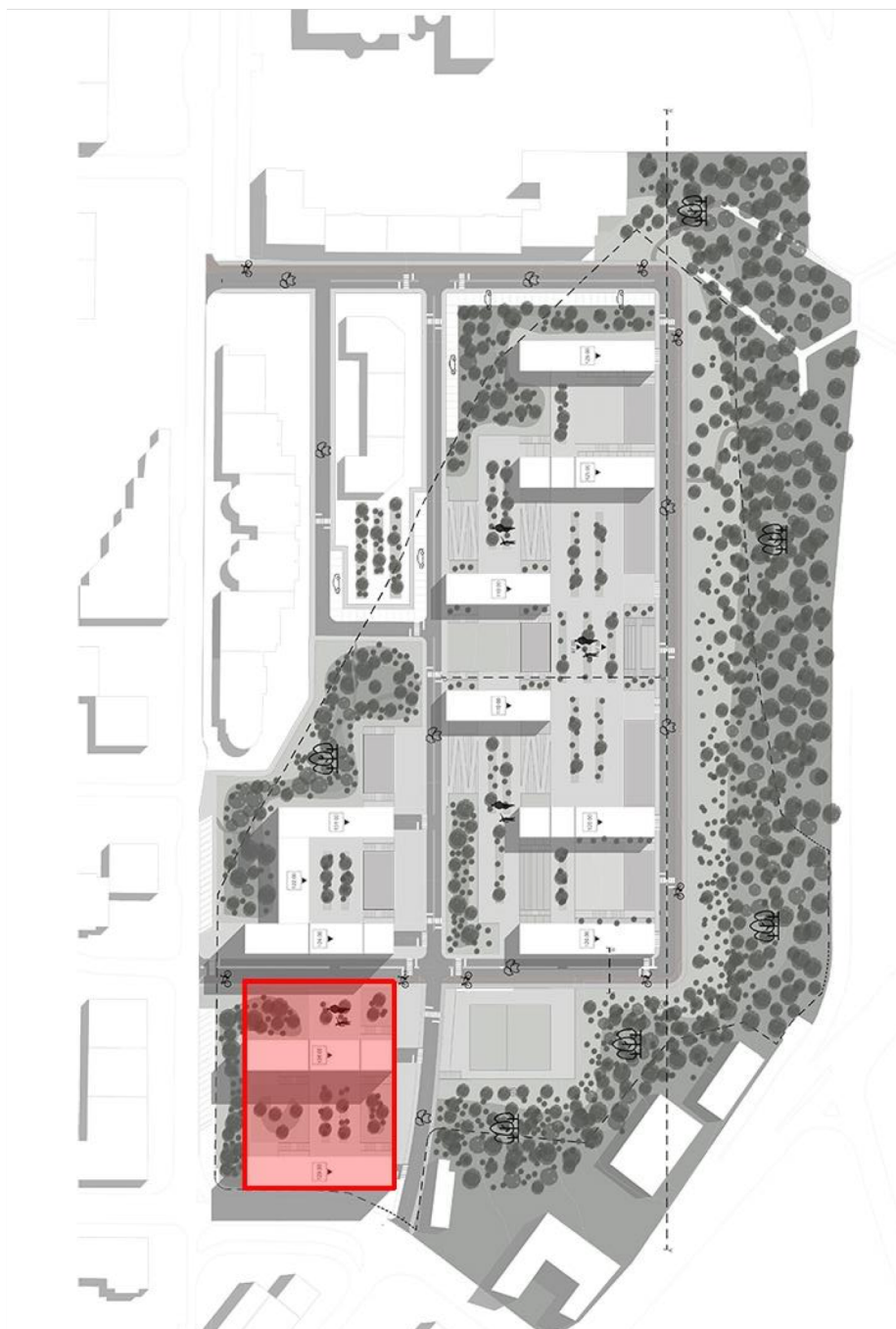
ANEXOS_LOTES A INTERVIR

Projecto Urbano . C



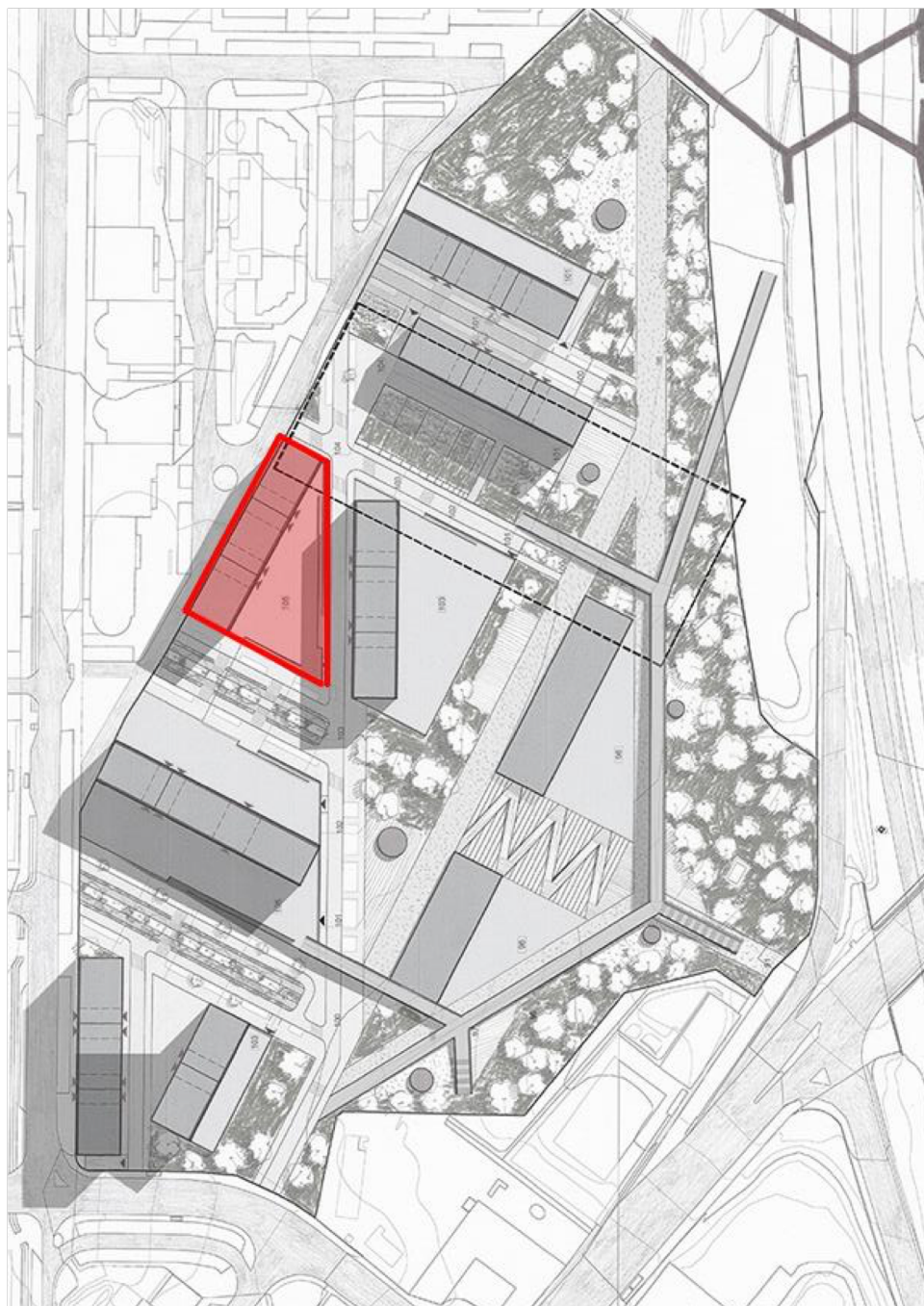
ESTE DOCUMENTO ESTÁ DISPONÍVEL NO BLOGUE DA UNIDADE CURRICULAR

Projecto Urbano . E



ESTE DOCUMENTO ESTÁ DISPONÍVEL NO BLOGUE DA UNIDADE CURRICULAR

Projecto Urbano . F



ESTE DOCUMENTO ESTÁ DISPONÍVEL NO BLOGUE DA UNIDADE CURRICULAR